

Terceirizados

Aileda de Mattos Oliveira

Em 26 de agosto de 2011

A existência de funcionários públicos terceirizados não é um fato absurdo, como parece, já que há muito, as coisas por aqui deixaram de ser surpreendentes. Nesta categoria, estão os que nasceram no País, mas não incorporaram o espírito brasileiro, isto é, “não vestiram a camisa” do Brasil.

Ocupam funções no Estado, mirando ao *status* que as regalias e os favorecimentos lhes concedem. Convém lembrar que os profissionais terceirizados não estão vinculados à instituição para a qual prestam serviços, mas à empresa que lhes cede a camisa ou o macacão com a logomarca que a identifica. Os profissionais do governo são reconhecidos pelas siglas partidárias. Não usam macacões, preferem malas.

Os que atingem o degrau supremo do funcionalismo público não fogem à regra dos tradicionais acordos previamente concertados sobre benefícios pessoais e partidários. Nenhuma preocupação em criar no País uma onda desenvolvimentista, a fim de retirá-lo dessa mediania cultural, dessa mediocridade política, que o impede de atingir um consistente destaque no cenário mundial, conforme exige a sua importância geopolítica. Inversamente, mantêm-no prisioneiro da retroação, na tentativa solerte de igualá-lo às nações arruinadas por seus psicóticos amigos ditadores.

Como funcionária pública número um, a Senhora Rousseff, segundo vocabulário dos jornais, transformou-se na “faxineira” da república. A imprensa mostra-se satisfeita com a superficialidade das ações e com o espalhafato das canetadas de Dona Dilma.

O epíteto, nada delicado, mas representativo da provinciana “cordialidade” brasileira, intimidade abusiva que a imprensa carioca insiste em mitificar como qualidade, refere-se à pseudolimpeza que dizem estar ela fazendo, lá pelas bandas dos ministérios. É inútil pôr a lama sob o tapete, justamente o mesmo que lhe querem puxar.

Substituir Fulano por Sicrano significa uma mudança de nomes, mas não de postura ética do governo. Para que haja essa transfiguração, há que reverter (não bloquear), de imediato, ao erário público, todo o dinheiro das fantásticas negociatas, da incomensurável ganância. Dinheiro do contribuinte, transformado em peça de corrupção, distribuído em conchavos, enriquecendo quem nada faz pelo País.

Sair do cargo, para ocupar outro, mais adiante, não responder à justiça e, ainda, permanecer de posse dos tributos alheios e do patrimônio, por meio deles, adquirido,

é melar a boca da imprensa, é colorir o negrume das falcatruas, é perfumar o pútrido ambiente governamental.

A funcionária pública número um não pode terceirizar o seu trabalho de “faxina”, mantendo-se servil ao sujo jogo político. Estabelecer critérios técnicos de escolha de seus auxiliares, pelos méritos de cada um na respectiva área de conhecimento, deve fazer parte da estratégia da sua precária arte de governar. De outro modo, ficará à mercê dos humores dos alquebrados partidos políticos, e dará mostras (como está ocorrendo) de ausência total de personalidade.

Compõe essa dinheirama a verba que deveria reaparelhar as Forças Armadas; levar, sem demagogia e assistencialismo eleitoreiro, melhores condições de vida aos de longínquas regiões; abrir escolas profissionalizantes para essas populações terem direito a uma profissão e não sucumbirem às bolsas-esmoladas de qualquer natureza; pôr em prática uma séria logística de transportes, visando a encurtar os caminhos entre os estados, tornando-os mais integrados.

Terceirizada como está, a Senhora Rousseff não conseguirá dinamizar a máquina do governo, com vistas ao desenvolvimento do Estado, se é o que deseja. Por isso, está no cargo, mas não governa, monitorada por quem já foi, mas, obsessivamente, quer continuar sendo.

A Senhora em questão, por não ter adquirido a alma brasileira, por ser uma estranha na terra onde por acaso nasceu, deixa-se submeter a outros tantos sem vínculo com o País, mas com fortíssima ligação com o poder e a riqueza.

Entre o cargo e o Brasil, sabe-se, até o momento, que a sua opção é salvar o cargo, e o Brasil que se salve sozinho, ou na linguagem rasteira de seu mentor: “Que se dane!”

Observações:

- 1) A autora é Professora Universitária, Doutora em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Acadêmica Fundadora da Academia Brasileira de Defesa;**
- 2) As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, o pensamento da ABD.**